

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA

BRUNA GABRIELA PADULA MEDEIROS

**ANÁLISE DA POSIÇÃO DOS CLÍTICOS EM ATAS DA CÂMARA DE
VEREADORES DE JAGUARÃO DO SÉCULO XIX**

**Jaguarão/RS
2017**

BRUNA GABRIELA PADULA MEDEIROS

**ANÁLISE DA POSIÇÃO DOS CLÍTICOS EM ATAS DA CÂMARA DE
VEREADORES DE JAGUARÃO DO SÉCULO XIX**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Licenciatura em Letras Português/Espanhol da Universidade Federal do Pampa, Câmpus Jaguarão, como requisito parcial para obtenção do título de Licenciada em Letras.

Orientador: Prof.^a Dr.^a. Leonor Simioni

**Jaguarão/RS
2017**

Ficha catalográfica elaborada automaticamente com os dados fornecidos
pelo(a) autor(a) através do Módulo de Biblioteca do
Sistema GURI (Gestão Unificada de Recursos Institucionais) .

M488a Medeiros, Bruna Gabriela Padula
ANÁLISE DA POSIÇÃO DOS CLÍTICOS EM ATAS DA CÂMARA DE
VEREADORES DE JAGUARÃO DO SÉCULO XIX / Bruna Gabriela Padula
Medeiros.
28 p.

Trabalho de Conclusão de Curso(Graduação)-- Universidade
Federal do Pampa, LETRAS - HABILITAÇÃO PORTUGUÊS/ESPAHOL E
RESPECTIVAS LITERATURAS, 2017.

"Orientação: Leonor Simioni".

1. Colocação pronominal. 2. Português Brasileiro. I.
Título.

BRUNA GABRIELA PADULA MEDEIROS

**ANÁLISE DA POSIÇÃO DOS CLÍTICOS EM ATAS DA CÂMARA DE
VEREADORES DE JAGUARÃO DO SÉCULO XIX**

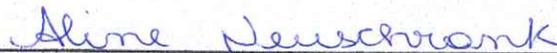
Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Licenciatura em
Letras Português/Espanhol da Universidade
Federal do Pampa, Câmpus Jaguarão, como
requisito parcial para obtenção do título de
Licenciada em Letras.

Trabalho de Conclusão de Curso defendido e aprovado em 31 de janeiro de 2017

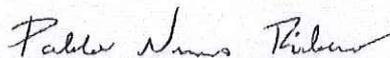
Banca Examinadora



Prof.^a Dr.^a Leonor Simioni
Orientadora
(UNIPAMPA)



Prof.^a Dr.^a Aline Neuschrnk
(UNIPAMPA)



Prof. Dr. Pablo Nunes Ribeiro
(UFSM)

AGRADECIMENTOS

Acima de tudo e todos reverencio a Deus que me carregou no colo nos momentos mais difíceis, e com sua força superei os obstáculos encontrados durante essa caminhada.

Agradeço a José Gonçalves Medeiros e Maria Dalva Padula Medeiros que receberam de Deus essa árdua e bonita missão de serem meus pais (digo os melhores pais) e sempre cumpriram com amor e dignidade. As melhores lições foram vocês que me ensinaram.

Tenho imensurável gratidão por José Alberto Moraes Lemos (teteto) e Maria do Carmo Gomes (maria) por todo carinho e apoio dispensados a mim.

Minha eterna gratidão a minha incansável orientadora que precisou segurar a minha mão o tempo todo.

Também sou grata a meus irmãos, Patrícia, Junior e Bruno, meus sobrinhos, meu cunhado e cunhadas, por estarem sempre do meu lado.

Sou grata, também ao restante de minha família que por uma palavra, um afeto, um ombro amigo, de alguma forma, muito colaborou.

Meus sinceros agradecimentos às amigas da faculdade que por muitas vezes tornaram-se “psicólogas”.

Aos meus colegas de trabalho, muito obrigada pela paciência, especialmente nessa reta final.

Por último não poderia deixar de agradecer a todos, que de alguma forma contribuíram para esse aprendizado, com conselhos, um livro, uma crítica, ou até mesmo um puxão de orelhas.

RESUMO

O presente trabalho tem o objetivo de analisar a posição dos pronomes pessoais oblíquos átonos em 16 Atas da Câmara de Vereadores de Jaguarão/RS, do ano de 1845. A gramática tradicional estabelece a utilização da ênclise, sendo a próclise possível apenas na presença de atratores; já estudos descritivos mostram que o português brasileiro privilegia a próclise. Observamos se a posição dos clíticos nas Atas está conforme as normas da gramática tradicional, ou se já evidencia a mudança ocorrida no século XIX em direção à próclise, e comparamos nossos resultados aos de outros estudos sobre o tema (PAGOTTO, 1996; CARNEIRO; ALMEIDA, 2009; SILVA, 2013). Os resultados da pesquisa indicam que não há violação da norma gramatical, e que excluídos os casos de próclise e ênclise obrigatórias, há um leve predomínio da ênclise nos dados. Também foi observada a ocorrência de diferentes marcas linguísticas compatíveis com uma gramática do português brasileiro atual.

Palavras-chave: Clíticos. Colocação pronominal. Século XIX. Atas.

RESUMEN

El presente trabajo tiene el objetivo de analizar la posición de los pronombres personales oblicuos átonos en 16 Atas de la Cámara de Vereadores de Jaguarão/RS, del año de 1845. La gramática tradicional establece la utilización de la enclisis, siendo la proclisis posible apenas en la presencia de atratores; Ya estudios descriptivos muestran que el portugués brasileño privilegia la proclisis. Observamos si la posición de los clíticos en las Atas está conforme las normas de la gramática tradicional, o si ya evidencia el cambio ocurrido en el siglo XIX en dirección à proclisis, y comparamos nuestros resultados a los de otros estudios sobre el tema (PAGOTTO, 1996; CARNEIRO; ALMEIDA, 2009; SILVA, 2013). Los resultados de la pesquisa indican que no ha violación de la norma gramatical, y que excluidos los casos de proclisis y enclisis obligatorias, existe un leve predominio de la enclisis en los datos. También fue observada la ocurrencia de diferentes marcas lingüísticas compatible con una gramática del portugués brasileño actual.

Palabras-clave: Clíticos. Colocación del pronombre. Siglo XIX. Atas.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Colocação dos pronomes átonos conforme a gramática tradicional	11
Quadro 2 – Comportamento dos clíticos na história do português	16

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 –	Totais de ênclise e próclise	19
Tabela 2 –	Ênclise e próclise em orações com um verbo	19
Tabela 3 –	Ênclise e próclise em grupos verbais	20
Tabela 4 –	Ênclise e próclise (sem atratores, sem V1)	20

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1 OS CLÍTICOS NO PORTUGUÊS	11
2 ANÁLISE DAS ATAS	19
CONSIDERAÇÕES FINAIS	26
REFERÊNCIAS	27

INTRODUÇÃO

O objetivo do presente trabalho é realizar uma análise das Atas da Câmara de Vereadores de Jaguarão, do ano de 1845, quanto à posição dos pronomes pessoais oblíquos átonos. Sabe-se que, na passagem do século XIX para o século XX, ocorreram diversas mudanças no português brasileiro, que o diferenciaram do português europeu, sendo uma delas a posição dos clíticos (TARALLO, 1996); por isso, é possível que as Atas revelem indícios dessa mudança.

Jaguarão é uma das cidades mais antigas do Rio Grande do Sul. Localizada na fronteira entre Brasil e Uruguai, iniciou como um acampamento militar em 1802, e em 22 de Maio de 1833 foi elevada a Vila, desmembrando-se de Rio Grande e dando posse aos seus primeiros vereadores. As Atas aqui analisadas foram transcritas e publicadas, no ano de 2015, em um volume reunindo as Atas do período de 1845 a 1848. Trata-se das Atas mais antigas do município, pois as Atas do período entre 1833 e 1844 se perderam.

A partir da análise de 16 atas do ano de 1845, todas redigidas pelo mesmo escrivão, investigaremos a posição dos clíticos e o uso de ênclise ou próclise em diferentes contextos, comparando aos resultados de outros estudos sobre o mesmo período (PAGOTTO, 1996; CARNEIRO; ALMEIDA, 2009; SILVA, 2013). Antes disso, no primeiro capítulo, faremos uma breve descrição do uso dos clíticos de acordo com a gramática tradicional e a gramática descritiva, que também embasarão a análise dos dados. Como as Atas são documentos oficiais, redigidos em linguagem formal, pode ser que os dados encontrados obedeçam às normas da gramática tradicional, que são baseadas no português dos séculos XVIII e XIX. Ainda assim, esperamos encontrar indícios do surgimento de uma gramática brasileira.

1 OS CLÍTICOS NO PORTUGUÊS

Há muitas discussões a respeito do problema da colocação dos pronomes oblíquos átonos no português brasileiro, geradas pelo confronto entre a abordagem da gramática tradicional e resultados de pesquisas sobre o uso da língua. Para entendermos melhor essa questão, compararemos a visão das gramáticas tradicionais e descritivas a respeito da utilização dos pronomes pessoais oblíquos átonos em português, e faremos uma síntese de outras pesquisas sobre o emprego dos clíticos na história do português.

Todos os gramáticos tradicionais concordam que a posição básica dos clíticos no português é a ênclise, sendo a próclise obrigatória em alguns contextos¹ e facultativa em outros, como ilustra o Quadro 1 abaixo, elaborado a partir de consultas às principais gramáticas tradicionais (GT) do português²:

Quadro 1 – Colocação dos pronomes átonos conforme a gramática tradicional

Contexto	Próclise	Ênclise
Período iniciado por verbo		x
Palavras de sentido negativo	x	
Pronomes relativos e conjunções subordinativas (mesmo elididas)	x	
Certos advérbios (<i>sempre, já, bem, aqui, onde, mais, talvez, ainda, por que, como, só, mal</i>) ou expressões adverbiais, quando modificam diretamente o verbo	x	
Pronomes indefinidos	x	
Conjunções coordenativas alternativas	x	
Orações subordinadas com verbo flexionado	x	
Orações subordinadas coordenadas entre si	x	x
Orações interrogativas iniciadas por palavra interrogativa	x	
Orações exclamativas iniciadas por expressões exclamativas	x	
Orações optativas com sujeito anteposto ao verbo	x	
Gerúndio inicial de oração reduzida		x
Gerúndio precedido da preposição <i>em</i>	x	
Orações imperativas afirmativas		x
Infinitivos não-flexionados precedidos da preposição <i>a</i> com pronomes átonos de 3ª pessoa (<i>o, a, os, as</i>)		x
Infinitivo impessoal regido por <i>para</i> (mesmo antecedido por negação)		x
Infinitivo preposicionado	x	x
Oração em ordem inversa, iniciada por objeto direto ou predicativo	x	

¹ Na presença dos chamados "atratores" (palavras de sentido negativo, conjunções subordinativas, pronomes relativos e indefinidos, alguns advérbios) e em alguns tipos de orações (optativas, exclamativas, interrogativas).

² O quadro sintetiza as regras de colocação pronominal encontradas nas gramáticas de Almeida (2009), Bechara (2009), Cegalla (2008) e Cunha e Cintra (2001).

Em relação aos tempos compostos, a GT recomenda que o clítico fique junto ao auxiliar, pois o particípio não aceita ênclise nem próclise (apenas pronomes tônicos podem ficar junto ao particípio), sendo a ênclise ou a próclise determinadas pelas mesmas condições listadas no Quadro 1. Com as locuções verbais, a posição do clítico é mais variável, podendo estar enclítica ou proclítica tanto ao verbo principal quanto ao auxiliar.

É possível perceber que embora a ênclise seja a posição básica dos pronomes átonos, há muitas condições que fazem com que a próclise seja obrigatória ou, ao menos, facultativa. Alguns gramáticos observam ainda que mesmo em contextos de atração do clítico, pode não acontecer a próclise. A explicação seria a presença de uma pausa ou distância entre o atrator e o clítico; Almeida (2009) se refere a esses casos como "aparentes violações" da atração, e argumenta que, quando não ocorre a próclise na presença de atratores num texto escrito, é porque o texto deve ser lido com uma pausa, mesmo que não haja vírgula. Parece, na verdade, que existem casos em que a posição enclítica ou proclítica do pronome é opcional, e os gramáticos tentam explicar isso através do artifício da pausa.

Essa opcionalidade é percebida por Said Ali (1976), que, ao analisar textos de Camilo Castelo Branco e Alexandre Herculano, nota que um usa mais a ênclise e o outro, a próclise, e conclui:

Ora, se os mestres divergem e a prática corrente não é uniforme, o que era natural se aconselhasse aos estudantes seria o emprego tanto de uma como de outra forma. Não é caso de preceituar severamente, de propor o curso forçado de uma e a supressão ou quase supressão da outra. É tão gabada a liberdade de construção na língua portuguesa; para que procurar tolhê-la em um caso como este, em que os próprios mestres fazem o que bem entendem? (1976, p. 40)

No que diz respeito aos atratores, Bechara (2009), a partir das considerações de Said Ali, diverge quanto à responsabilidade atribuída aos pronomes complementos de se deslocarem enclítica ou procliticamente conforme a existência ou não de determinados termos. Sobre isso, diz Said Ali:

Demoremo-nos um pouco a examinar a interpretação dada aos termos atração, atrair, com que, bem ou mal, se designa o fato de se deslocar o pronome complemento para antes do verbo. Supunha-se até agora que certos vocábulos produziram ou pela sua categoria gramatical,

ou pelo modo de os pronunciar, ou por uma intenção qualquer, esse curioso deslocamento do pronome. (1976, p. 33)

E prossegue:

No tentame de organizar uma lista de tudo quanto possuísse a aptidão de chamar a si as formas pronominais oblíquas, o autor³ concentrou as suas vistas no primeiro termo, ou melhor, nas primeiras palavras da oração, anteriores ao verbo, e esqueceu-se justamente do próprio verbo, o qual no fim de contas é, ao menos na linguagem hodierna, elemento tão formidável que não deixa o pronome afastar-se para longe, quer na ênclise, quer na próclise. (SAID ALI, 1976, p. 36)

Para Bechara, a teoria da “atração vocabular” do *não*, do *que*, de certas conjunções e tantos outros vocábulos é errônea, pois ao considerarmos o assunto pelo aspecto fonético sintático percebe-se que ou estão erradas, ou não se aplicam ao falar do português brasileiro. Por isso, em vez de considerar, por exemplo, que as conjunções integrantes e subordinativas e os pronomes relativos são atratores, determina que a próclise aconteça em orações subordinadas.

A quantidade de regras e exceções para o uso dos pronomes átonos é fruto da preocupação principal da GT, que é estabelecer as regras para o "bom uso" da língua. Isso ocorre porque a GT é originada da cultura greco-romana, em que a gramática surgiu como "continuação" da Retórica e da Lógica. O que começou como uma forma de preparar os debatedores jurídicos e políticos logo se tornou um instrumento normativo, ao descrever a língua dos textos literários antigos, estabelecendo-a como um modelo a ser seguido por todos. Essa herança grega foi continuada pelos romanos, que estabeleceram o latim como a língua da escrita⁴. As primeiras gramáticas do português surgiram no século XVI, também as primeiras propostas de fixação da ortografia, assim como os primeiros dicionários. No Brasil, depois da independência, os brasileiros letrados discutiram a questão da língua com a indagação de qual modelo deveria ser adotado na escrita, optando por imitar o padrão lusitano dos romancistas portugueses do século XVIII (a língua dos textos literários, portanto), já muito distante do português falado no Brasil. A escolha desse

³ Said Ali refere-se a Candido de Figueiredo.

⁴ Apesar do surgimento das línguas vernáculas, ou seja, variedades do latim popular falado, que por volta do século IX d.C. se estenderam aos textos escritos, com Dante Alighieri como defensor da escrita na língua vernácula (*volgare illustre*), com argumentos linguísticos (de que era comparável ao latim) e políticos (de que os textos eram mais acessíveis e não apenas restritos aos eruditos.). O latim ainda continuou na escrita acadêmica até o século XVII, em atividades diplomáticas até o século XVIII e em ritos religiosos até o século XX (sendo usado até hoje em documentos oficiais do Vaticano).

padrão pretendeu "branquear" a língua, excluindo a fala dos indígenas, africanos e afrodescendentes, e também marcar a ideia de unidade da língua, igualando o português do Brasil e o português de Portugal e tratando como erro tudo o que não seguisse as regras gramaticais portuguesas (FARACO, 2008). A GT perpetua essa visão, tratando o português brasileiro e o português europeu como uma língua só, apresentando exemplos tirados de autores portugueses, e vetando usos tipicamente brasileiros.

Na década de 1920, os poetas e prosadores modernistas, como Mario de Andrade, criticaram essa ideologia linguística. Em *Macunaíma*, o autor manifestou a vontade de mudança, assim como em poemas de Manuel Bandeira demonstrando a vontade de uma nova política em relação à língua do nosso país. As diferenças gritantes na colocação pronominal portuguesa e brasileira foram objeto de um poema de Oswald de Andrade:

Pronominais

Dê-me um cigarro
 Diz a gramática
 Do professor e do aluno
 E do mulato sabido
 Mas o bom negro e o bom branco
 Da Nação Brasileira
 Dizem todos os dias
 Deixa disso camarada
 Me dá um cigarro.

Conforme Bechara (2014), a partir do século XIX, a gramática normativa começou a assumir uma nova forma, um tanto distinta da gramática tradicional do passado que não considerava a linguística diacrônica. De fato, alguns gramáticos, como Bechara (2009; 2010), Cegalla (2008) e Cunha e Cintra (2001), admitem que existem diferenças entre a colocação dos clíticos no português europeu e no português brasileiro.

Cunha e Cintra, por exemplo, apresentam as regras de colocação tradicionais, seguidas de uma seção sobre a colocação pronominal no Brasil e nas Repúblicas Africanas. Para esses autores, formas como próclise ao verbo principal nas locuções verbais (mesmo com participios) e próclise ao verbo em posição inicial da oração são totalmente possíveis e aceitáveis. Bechara, por sua vez, diz que "é

urgente afastar a ideia de que a colocação brasileira é inferior" (2010, p. 473). Ambos os autores trazem em suas gramáticas a citação a seguir, de Martinz de Aguiar:

Numa frase como ele vem-me ver, geral em Portugal, literária no Brasil, o fator lógico deslocou o pronome me do verbo vem, para adjudicá-lo ao verbo ver, por ser ele determinante objeto direto, do segundo e, não, do primeiro. Isto é, deixou a língua falada no Brasil de dizer vem-me ver (fator histórico por ser mera continuação do esquema geral português) para dizer vem me-ver, que também vigia na língua, ligando-se o pronome ao verbo que o rege (fator lógico). Esta colocação de tal maneira se estabilizou, que pouco se diz vem ver-me e trouxe consequências imprevistas. (AGUIAR, 1995, apud CUNHA; CINTRA, 2001, p. 317)

Enquanto a GT se preocupa em estabelecer as regras para o uso de próclise e ênclise, as gramáticas descritivas retratam o uso dos pronomes átonos no português brasileiro. Perini (2010) mostra que cada vez menos a ênclise é utilizada no português brasileiro, e em seu lugar há o crescimento de uso da próclise, inclusive com influência da forma falada para a escrita. Também em sua *Gramática Descritiva do Português*, o autor afirma que “a ênclise está desaparecendo do português brasileiro; essa tendência, dominante na modalidade falada, já deixou marcas muito profundas no próprio padrão escrito”. (PERINI, 2006, p. 230). Para Bagno (2011), o português brasileiro tem uma única regra de colocação pronominal: a próclise generalizada com verbos simples, e próclise ao verbo temático nas locuções verbais. Isso ocorre porque os clíticos do português brasileiro são semitônicos, e não átonos, como os do português europeu. Segundo Mattos e Silva (2013), a próclise no português brasileiro é possível mesmo na primeira posição da oração, com exceção dos pronomes *o*, *a*, *os*, *as*.

Castilho (2010) afirma que no português brasileiro a colocação predominante é a proclítica e no europeu, enclítica com verbos simples, e com locuções verbais o português brasileiro usa próclise ao verbo principal, enquanto o europeu usa ênclise ao auxiliar. A partir de estudos de história do português, afirma que há certa mobilidade de colocação dos clíticos, predominando a ênclise até o século XIV e a partir daí a próclise até o século XVI, período da colonização brasileira⁵. O mesmo é afirmado por Marquilhas (2013), que explica que o português do século XVI tinha

⁵ A próclise brasileira teria suas raízes, então, no português europeu do século XV.

próclise quase categórica⁶, passando à ênclise durante os séculos XVII e XVIII, enquanto o português brasileiro evoluiu para um quadro de próclise generalizada. Segundo a autora, a próclise sempre foi obrigatória em orações subordinadas e em orações independentes ou principais com itens negativos ou advérbios antes do verbo. Os autores convergem em relação à forma que a gramática normativa descreve a ênclise como posição básica dos clíticos, enquanto a próclise acontece quando há conjunção integrante, pronome relativo, advérbio de negação, tempo e focalização. Também não se começa a sentença com um clítico.

Diversos autores mostram que o século XIX foi um divisor de águas na história do português brasileiro, pois é a partir dele que surgem muitas das estruturas que o caracterizam e diferenciam do português europeu (TARALLO, 1996). Uma dessas mudanças é a direção de cliticização, que segundo evidências apresentadas por Nunes (1996), ocorreu na virada do século XVIII para o século XIX.

A pesquisa de Pagotto (1996) também mostra mudanças nesse período. Examinando a colocação de clíticos em cartas e documentos oficiais, ele nota diferenças entre os dados dos séculos XVI a XVIII e os dos séculos XIX e XX, como mostra o quadro a seguir:

Quadro 2 – Comportamento dos clíticos na história do português

XVI – XVIII	XIX – XX
Próclise ao 1º verbo em grupos verbais ⁷	Próclise ao último verbo em grupos verbais ⁸
Tendência à ordem clítico - não - V	Predomínio absoluto da ordem não - clítico - V
Predomínio de ênclise com verbo na 1ª posição	Predomínio de ênclise com verbo na 1ª posição

Fonte: dados de Pagotto (1996)

O autor comenta que

[...] do século XVI ao século XVIII, os clíticos permanecem em próclise de uma forma bastante consistente. O percentual se mantém em torno dos

⁶ Com exceção de períodos iniciados com verbo, em que sempre ocorreu a ênclise na história do português.

⁷ Pagotto, assim como outros autores, denomina "grupos verbais" casos de locuções verbais, tempos compostos e casos em que o segundo verbo forma uma oração subordinada reduzida.

⁸ Os dados mostram predomínio da próclise ao último verbo apenas no século XX.

85% em quase todos os períodos. Por outro lado, a partir do século XIX cresce o percentual de ênclise. (PAGOTTO, 1996, p. 188-9)

O aumento no uso da ênclise a partir do século XIX é surpreendente; Castilho (2010) e Mattos e Silva (2013) sugerem que isso pode ser consequência das pressões da norma imposta pela gramática tradicional.

Carneiro e Almeida (2009) analisaram a colocação dos clíticos em atas escritas na Bahia, no ano de 1862, por um jovem ex-escravo chamado Gregório. Os dados mostram tendência à ênclise em orações declarativas com apenas um verbo, sem atratores, ausência de próclise com verbo na primeira posição absoluta, e tendência à próclise ao verbo auxiliar em grupos verbais. Há nos dados ocorrências de próclise com verbos não finitos em grupos verbais, considerada uma inovação no português brasileiro da época (1), e também reduplicação de clíticos, mostrando a instabilidade do sistema pronominal em textos escritos por brasileiros (2), além de outros problemas como a instabilidade na grafia (3):

- (1) a. [...] elle quiz **se** retirar disse ossocios prezidentes que queria [...] ⁹
 b. [...] chamando a ordem, elle elimitando-se o socio Amaro Berlinque quiz **seretirar** no mesmo continente ¹⁰
- (2) [...] Lionardo **se apresentou-se** e disse que tinha hido ao presidente da província ¹¹ [...]
- (3) a. Pidio palavra o sócio João Réges: que o senhor prezi= | dente **chama-se** o homem ¹²
 b. e Senhor | Euzebio não **concorda-se** que estava com trabalho com a sociedade [...] ¹³

Silva (2013) analisou cartas pessoais do núcleo familiar de Júlio de Castilhos e jornais do século XIX que pertencem à fase inicial da imprensa gaúcha. Apesar de apontar para um predomínio da ênclise, chamam a atenção as ocorrências de próclise em posição inicial absoluta, exemplificadas em (4):

⁹ Exemplo 21 (CARNEIRO; ALMEIDA, 2009, p. 113).

¹⁰ Exemplo 23 (CARNEIRO; ALMEIDA, 2009, p. 114).

¹¹ Exemplo 28c (CARNEIRO; ALMEIDA, 2009, p. 117).

¹² Exemplo 29a (CARNEIRO; ALMEIDA, 2009, p. 118).

¹³ Exemplo 29b (CARNEIRO; ALMEIDA, 2009, p. 118).

- (4) a. **Lhe** incendeie as faces sob o casto véo
b. **Me** faseis tremer sem saber porque¹⁴

Como podemos perceber, a análise de documentos antigos pode revelar muito sobre a língua. No próximo capítulo, analisaremos a colocação pronominal em 16 Atas da Câmara de Vereadores da cidade de Jaguarão, do ano de 1845, e compararemos o comportamento dos clíticos aos trabalhos discutidos acima.

¹⁴ Exemplos 6 e 7 (SILVA, 2013, p. 36).

2 ANÁLISE DAS ATAS

Como vimos no final do capítulo anterior, atualmente o português brasileiro é predominantemente proclítico, até mesmo em casos que a gramática tradicional “exige” o uso da ênclise. Em dados do século XIX, Carneiro e Almeida (2009) observam uma tendência à ênclise com verbos independentes e orações principais sem atratores, assim como Silva (2013), enquanto Pagotto (1996) encontrou predominância de próclise nos mesmos contextos. Tanto Pagotto (1996) quanto Carneiro e Almeida (2009) observaram tendência a próclise ao primeiro verbo em grupos verbais, e também ausência de períodos iniciados por clíticos, contrariamente a Silva (2013). No que segue, apresentaremos os resultados da análise dos textos das Atas, confrontando-os aos achados dos demais autores.

As Atas foram escritas pelo Secretário da Câmara de Vereadores, Joaquim Honório de Paiva. Embora não tenhamos informações sobre o nível de instrução do escrivão, percebemos que a linguagem das Atas é formal e cuidada, e o texto apresenta as características da redação oficial: impessoalidade, uso de fórmulas, estrutura mais ou menos fixa.

A análise dos clíticos nas Atas revelou os totais de ênclise e próclise apresentados na tabela a seguir:

Tabela 1 – Totais de ênclise e próclise

Próclise	Ênclise	TOTAL
202 (60%)	131 (40%)	333 (100%)

O predomínio da próclise observado na Tabela 1 se confirma tanto em orações com apenas um verbo, quanto em orações com grupos verbais¹⁵. Como mostra a Tabela 2, a porcentagem de próclise e ênclise em orações com um verbo é muito semelhante aos percentuais totais encontrados nos dados (cf. Tabela 1). Ressaltamos também que em 11 das 16 atas analisadas, predomina a próclise.

Tabela 2 – Ênclise e próclise em orações com um verbo

Próclise	Ênclise	TOTAL
170 (59%)	117 (41%)	287 (100%)

¹⁵ Adotamos a noção de "grupos verbais", seguindo os demais autores, por não termos encontrado diferenças no uso dos clíticos em locuções verbais vs. tempos compostos.

Esses resultados vão na mesma direção de Pagotto (1996), que encontrou 55% de próclise e 45% de ênclise em dados da segunda metade do século XIX (em períodos anteriores, a proporção de próclise era maior, entre 85 e 90%).

Nos grupos verbais foram encontrados apenas 46 dados, em que também predomina a próclise (34 ocorrências), como ilustra a Tabela 3¹⁶. Também se nota que na maior parte dos casos o pronome se relaciona ao primeiro verbo, em ênclise ou próclise, confirmando os achados de Pagotto (1996) e Carneiro e Almeida (2009). Essas últimas encontraram 16 casos de próclise ao primeiro verbo, 5 de ênclise ao primeiro verbo, e um caso de próclise e um de ênclise ao segundo verbo – proporcionalmente muito semelhantes aos dados das nossas Atas. Também chama a atenção serem apenas três ocorrências da ordem V1 clítico V2, apesar de ser muito comum no português brasileiro atual.

Tabela 3 – Ênclise e próclise em grupos verbais

Próclise ao 1º verbo	Ênclise ao 1º verbo	Próclise ao 2º verbo	Ênclise ao 2º verbo	TOTAL
32	11	2	1	46

Vimos no primeiro capítulo que, segundo a norma-padrão, a posição preferencial do clítico em português é enclítica. A próclise é exigida quando ocorrem os chamados "atratores", e é permitida em alguns outros casos. Para entendermos melhor o que estava acontecendo na gramática das atas, optamos por "limpar" os dados, excluindo os casos de próclise com atratores. Pelo mesmo motivo, desconsideraremos também os casos de ênclise quando o verbo é a primeira palavra do período, pois nesses casos, como é esperado, os dados analisados apresentam 100% de ênclise, corroborando os resultados de Pagotto (1996) e Carneiro e Almeida (2009). Os resultados expostos na Tabela 4 corroboram os achados de Carneiro e Almeida (2009) e Silva (2013):

Tabela 4 – Ênclise e próclise (sem atratores, sem V1)

Próclise	Ênclise	TOTAL
38	45	83

¹⁶ Nas Tabelas 3 e 4, optamos por não apresentar percentuais porque não há quantidade suficiente de dados (menos de 100 dados).

Vimos no primeiro capítulo que a direção de cliticização do português brasileiro mudou no início do século XIX (NUNES, 1996), o que explicaria o predomínio da próclise ilustrado na Tabela 1. Atas são registros escritos sobre todos os acontecimentos e assuntos debatidos durante uma reunião ou outro tipo de assembleia, por isso, entende-se que não é uma transcrição fiel da fala dos participantes. Deste modo deduz-se que a sua escrita tende à utilização da norma-padrão, diferente da oralidade. Portanto, isso pode explicar a prevalência da ênclise (ainda que ínfima).

Outra característica do gênero ata é o seu caráter formulaico, ou seja, o uso repetido de certas "expressões-chave". Mesmo nessas expressões, observa-se uma variação na posição dos clíticos. Das 16 atas analisadas, 14 são encerradas com a seguinte fórmula:

- (5) E nada mais ocorrendo lavrou-se esta ata depois de que se aprovou, assinou-se e fechou-se a sessão. Eu Joaquim Honorio de Paiva, secretário a escrevi.

Dessas 14 atas, 9 apresentam o fechamento em (5); as demais apresentam três outras formas de colocação do clítico: três com a forma em (6), e duas com a forma em (7):

- (6) E nada mais ocorrendo lavrou-se esta ata, depois de que se aprovou, se assinou e fechou-se a sessão [...]
- (7) E nada mais ocorrendo se lavrou esta ata, depois de que se aprovou, assinou-se e fechou-se a sessão [...]

As duas atas restantes têm fechamentos um pouco distintos, mas que também permitem ver variação na posição dos clíticos:

- (8) [...] depois do que leu-se, assinou-se e aprovou-se esta ata tomando assento a nova Câmara. Eu Joaquim Honorio de Paiva, secretário a escrevi. (Ata Sessão Extraordinária, 14 de julho de 1845).
- (9) Nada mais ocorrendo lavrou-se, aprovou-se e assinou-se esta ata. Eu Joaquim Honorio de Paiva, secretário a escrevi. (Ata 15, 14 de julho de 1845).

O exemplo (8) é especialmente representativo, pois mostra a ausência de próclise obrigatória com a partícula atratora *que*, fenômeno observado no português escrito

atual, provavelmente causado pela pressão da norma gramatical (MATTOS E SILVA, 2013).

A variação na posição dos clíticos encontrada nos fechamentos das atas é confirmada por uma análise qualitativa dos dados, que revela manifestações de uma gramática brasileira subjacente. A ocorrência de casos de duplicação do clítico, exemplificada em (10), evidencia uma instabilidade na gramática do escrivão:

- (10) a. [...] e foram eleitos os senhores José Feijo, e Jose Ferreira Alexandrino, que **se lhe ordena-se** em ofício vir prestar juramento [...] (Ata 3, 25 de fevereiro de 1845)
- b. Foram apresentados vinte e um requerimentos pedindo licença de porta aberta: Que **se lhe considere-se**. (Ata 6, 28 de fevereiro de 1845)

A instabilidade também é revelada por algumas questões de grafia. Em primeiro lugar, há quatro ocorrências em que se percebe a intenção do uso do pretérito do subjuntivo com erro na grafia, que visualmente torna-se verbo + clítico. A confusão entre o clítico *se* e a desinência de subjuntivo indica dúvidas quanto ao sistema de clíticos:

- (11) a. [...] foi unanimemente aprovado, que se lhe **eleva-se** o seu ordenado [...] (Ata 4, 26 de fevereiro de 1845)
- b. Que se concedessem seis ditos pedindo terrenos devolutos. Que se lhes **concede-se** a posse sem prejuízo de terceiro [...] (Ata 6, 28 de fevereiro de 1845)
- c. Um dito do cidadão juiz de direito, exigindo se lhe **disse-se** o número de braças, que esta Câmara destina para cada chácara [...] (Ata 8, 03 de março de 1845)
- d. [...] e que se ordenasse ao Procurador **paga-se** todos os meses dita quantia [...] (Ata 9, 04 de março de 1845)

São encontrados, também, casos em que falta o hífen entre o verbo e o clítico em ênclise. Em (12), destacamos as ocorrências envolvendo apenas um verbo, que são claramente casos de ênclise (apesar de, no exemplo (a), aparecer novamente a ênclise mesmo com um atrator):

- (12) a. Outro do Secretário do governo [...], em que **comunica as** o ter-se celebrado na corte o consórcio de sua Alteza Imperial [...] (Ata 3, 25 de fevereiro de 1845)

- b. Resolveu-se insistir na nomeação, e **marcar lhe** o dia primeiro de Março para vir prestar juramento [...] (Ata 6, 28 de fevereiro de 1845)
- c. Compareceu o cidadão Jose Ferreira Alexandrino [...] e prestou juramento na forma da lei, **dando se lhe** o competente título [...](Ata 6, 28 de fevereiro de 1845)
- d. [...] e **pedindo lhe** concessão para passar os competentes títulos (Ata 7, 01 de março de 1845)
- e. [...] que se fizesse a mesma remessa aos Juizes de Paz [...], **designando lhe** o mesmo dia para virem prestar juramento (Ata 11, 05 de junho de 1845).

Em (13), estão os casos envolvendo grupos verbais; nesses, não é possível saber com certeza se houve falta de hífen ou se são reflexos de uma gramática brasileira emergente, com próclise ao verbo principal:

- (13) a. Três requerimentos pedindo, para poderem ter as suas casas de negócios, e oficinas, com a porta aberta: **Foi lhe concedida**, pagando os emolumentos designados a esta Câmara. (Ata 3, 25 de fevereiro de 1845)
- b. Propôs o senhor Presidente que **tendo se escusado** alguns cidadãos de exercer os empregos [...] (Ata 5, 27 de fevereiro de 1845).
- c. [...] um requerimento, pedindo licença para edificar sua propriedade [...]: **Foi lhe concedido**. (Ata 12, 16 de junho de 1845).

Os casos exemplificados em (10) a (13) são semelhantes aos encontrados por Carneiro e Almeida (2009), para quem são reflexos de uma gramática instável. Outros dados encontrados nas Atas reforçam a percepção de uma gramática brasileira subjacente:

- (14) a. A rua que **se** segue pela praia = Rua da Praia = A que **se** segue pela frente da casa de Luis Mendes = Rua da Boa Vista = A que ___ segue pela frente da Igreja = Rua da Matriz = A que ___ segue pela frente do ex-quartel da tropa = Rua Direita [...] (Ata 7, 28 de fevereiro de 1845)
- b. [...] que comprasse dois livros em branco, para lançar as atas, que ___ acham avulsas, desde dezessete de fevereiro [...] (Ata 7, 28 de fevereiro de 1845)
- c. Um dito de Francisco Jose Pereira mostrando ser estrangeiro, e pedindo para fazer as competentes declarações nesta Câmara para **poder naturalizar**. (Ata 9, 4 de março de 1845)

Os dados em (14) dizem respeito ao não uso do pronome *se*, que, de acordo com a norma, deveria ser empregado. Em (14a), vemos que o escrivão começa usando o pronome, mas logo o abandona; ressaltamos que, na sequência do trecho destacado, há mais dez usos do verbo *segue*, todos sem o pronome. Construções como essas são absolutamente comuns no português brasileiro falado hoje.

Os exemplos em (15) evidenciam inconsistências na concordância verbal e nominal: em (15a), há uma voz passiva sintética que não concorda em número com seu sujeito; em (15b), o particípio não concorda em número com o sujeito, que segue o verbo; em (15c) e (15d), não há concordância entre o verbo e o sujeito pós-verbal; e em (15e) não há concordância de número em todas as palavras do sintagma nominal.

- (15) a. Tratando-se sobre **as dificuldades que se apresenta nesta Vila** [...] (Ata 5, 27 de fevereiro de 1845)
- b. [...] se nomeasse uma comissão de dois membros, para fazer a redação de ofício que se disse dirigir à Câmara Municipal da cidade do Rio Grande, **saíram eleito o senhor Passos, e o senhor Hemudo** [...] (Ata 9, 04 de março de 1845)
- c. [...] às dez horas da manhã **foi aberto a Sessão** com seis Senhores Vereadores. (Ata 3, 25 de fevereiro de 1845)
- d. [...] e disse o Senhor Presidente **estar na mesa os diplomas** [...] (Ata Extraordinária, 14 de junho de 1845)
- e. Que **se dessem alguma providência preliminares** com respeito a ditas eleições [...] (Ata 10, 10 de maio de 1845).

Também o dado em (16) revela um uso "curioso" do pronome relativo "cujo", também comum no português brasileiro atual¹⁷:

- (16) a. [...] pedindo posse de um terreno devoluto, para uma chácara, **cujo** já tinha requerido ao Excelentíssimo Presidente. (Ata 8, 3 de março de 1845)

Por fim, destacamos um contexto¹⁸ em que o uso de próclise ou ênclise varia na história do português: verbo em primeira posição da oração, precedido de uma oração coordenada ou subordinada. Nesses contextos, predomina a próclise:

¹⁷ Bagno (2013) documenta uma série de hipercorreções no uso de *cujo*, muito semelhantes ao exemplo em (16).

¹⁸ Outros contextos em que há variação entre próclise e ênclise são com verbo único finito em segunda posição, precedido de sujeito neutro, sintagma preposicionado ou advérbios não-modais.

- (17) a. [...] e que isto se fizesse constar, e **se** aplicasse neste Município (Ata 3, 25 de fevereiro de 1845)
- b. Quatro [ofícios] do secretário da mesma, exigindo o pagamento de seu Ordenado, que esta Câmara lhe é devedora, e que visto ela não ter fundos, **se** recorra ao Exmo. Presidente da Província. (Ata 3, 25 de fevereiro de 1845)
- c. Imposta a Câmara da exigência do coletor desta vila, mencionada na ata de ontem, **o** pôs em discussão. (Ata 4, 26 de fevereiro de 1845)
- d. [...] e procedendo-se a leitura dos ofícios das assembleias Paroquiais, em que faziam remessa das Atas, e cédulas eleições [SIC], **se** deu princípio à apuração dos votos [...] (Ata 11, 5 de junho de 1845)

O predomínio da próclise evidenciado nos exemplos em (17) é mais uma característica que confirma a instabilidade na escrita das Atas em relação à norma padrão estabelecida. Fica confirmado que tanto nas Atas analisadas, quanto em documentos do mesmo período, ainda que os escrivães não possuam o mesmo grau de escolaridade, são encontrados os mesmos padrões na utilização dos clíticos, evidenciando traços de uma gramática brasileira.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve a intenção de analisar os casos de próclise e ênclise em Atas da Câmara de Vereadores de Jaguarão do ano de 1845, e desta forma entender como se comportava a escrita de um cidadão do século XIX. Se a norma brasileira foi estabelecida a partir de modelos do século XVIII, e se o português brasileiro estava passando por mudanças no século XIX, poderíamos esperar um "respeito" à norma gramatical apresentada no Capítulo 1, especialmente considerando que Atas são documentos escritos em linguagem formal.

Descobrimos que a colocação dos pronomes pessoais oblíquos átonos empregada por Joaquim Honorio não fere as normas da gramática, e que excluindo os casos de ênclise e próclise obrigatórias, predomina a ênclise, mas quase em pé de igualdade com a próclise. Mesmo assim, os resultados são semelhantes aos de outros estudos sobre o tema com dados do mesmo período (PAGOTTO, 1996; CARNEIRO; ALMEIDA, 2009; SILVA, 2013). Apesar disso, encontramos nas Atas evidências de uma instabilidade na colocação de clíticos, reforçada por ocorrências de inconsistências de grafia e variação em fórmulas típicas do texto das Atas.

Também foram encontradas outras marcas que são comuns no português brasileiro falado hoje, como casos de omissão do pronome se e ausência de concordância entre sujeito e verbo. Essas marcas, associadas ao uso dos clíticos, revelam, mesmo que discretamente, uma gramática do português brasileiro.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Napoleão M. **Gramática metódica da língua portuguesa**. 46.ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

BAGNO, Marcos. **Gramática pedagógica do português**. São Paulo: Parábola, 2011.

_____. **Gramática de bolso do português brasileiro**. São Paulo: Parábola, 2013.

BECHARA, E. **Moderna Gramática Portuguesa**. 37.ed. Rio de Janeiro: Lucerna: 2009.

_____. **Gramática escolar da língua portuguesa**. 2.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2010.

_____. Para quem se faz uma gramática? In NEVES, Maria H. M.: CASSEB-GALVÃO, Vânia C. (Org.). **Gramáticas contemporâneas do Português**: com a palavra, os autores. São Paulo: Parábola, 2014. p. 19-30.

CARNEIRO, Zenaide; ALMEIDA, Norma. A escrita de um forro no Brasil do século XIX. um estudo da colocação dos clíticos. In: AGUILERA, Vanderci (Org.). **Para a história do português brasileiro**, vol. VII. Londrina: Eduel, 2009. p. 93-123.

CASTILHO, Ataliba Teixeira de. **Gramática do português brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2010.

CEGALLA, Domingos P. **Novíssima gramática da língua portuguesa**. 48.ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2008.

CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. **Nova gramática do português contemporâneo**. 3.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

FARACO, Carlos Alberto. **Norma culta brasileira**: desatando alguns nós. São Paulo: Parábola editorial, 2008.

MARQUILHAS, Fernanda. Fenómenos de mudança na história do português. In: RAPOSO, Eduardo P. (Org.) **Gramática do português**, v. I. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2013. p. 17-45.

MATTOS E SILVA, Rosa V. O português do Brasil. In: RAPOSO, Eduardo P. (Org.) **Gramática do português**, v. I. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2013. p.145-54.

NUNES, Jairo M. Direção de cliticização, objeto nulo e pronome tônico na posição de objeto em português brasileiro. In: ROBERTS, Ian; KATO, Mary A. (Org.). **Português brasileiro**: uma viagem diacrônica. Campinas: Editora da Unicamp, 1993. p. 207-22.

PAGOTTO, Emílio G. Clíticos, mudança e seleção natural. In: ROBERTS, Ian; KATO, Mary A. (Org.). **Português brasileiro**: uma viagem diacrônica. Campinas: Editora da Unicamp, 1993. p. 185-206.

PERINI, Mário A. **Gramática descritiva do português**. 4.ed. São Paulo: Ática, 2006.

_____. **Gramática do português brasileiro**. São Paulo: Parábola, 2010.

TARALLO, Fernando. Diagnosticando uma gramática brasileira: O português d'aquém e d'além-mar ao final do século XIX. In: ROBERTS, Ian; KATO, Mary A. (Org.). **Português brasileiro**: uma viagem diacrônica. Campinas: Editora da Unicamp, 1993. p. 69-105.